

## Carta do Editor

A primeira edição de **Pesquisa&Debate** de 2016 traz novas contribuições em debates importantes, sobretudo em tempos de crise. Sobre esta, os professores **Antoine Casanova**, ex-diretor da Revista *La Pensée*, e **Rémy Herrera**, professor do Centro de Economia da Sorbonne (Paris 1) e diretor da revista *La Pensée*, apresentam material inédito que situa a crise atual enquanto crise sistêmica de longa duração. Para os autores, as chances de agravamento da crise atual como crise sistêmica é elevada, mas seria ilusão crer que o capitalismo se afundará sozinho mediante os efeitos da crise que atravessa: se a financeirização não apresentar soluções duráveis para o problema estrutural da pressão sobre a taxa de lucro, a única resposta do sistema é a acentuação da exploração do trabalho. Os autores argumentam que a “destruição de volumes gigantescos de capital fictício parasitário” é necessária para gerar novo ciclo de expansão no centro do sistema capitalista mundial, porém, diante da complexidade da situação, tal processo pode empurrar o capital “em direção ao fundo”, amplificando e endurecendo a luta de classes.

**Marcos Espírito Santo** (PUC-SP) e **Áquilas Nogueira Mendes** (Faculdade de Saúde Pública da USP e PUC-SP) trazem para o debate a questão do papel e do peso da dívida pública brasileira no orçamento. Partindo de uma discussão conceitual acerca do capital portador de juros em Marx, os autores discutem o papel do fundo público no âmbito do capitalismo, analisando o perfil da dívida pública brasileira e sua evolução nos últimos vinte anos. Os autores relacionam a retórica por detrás do “Estado mínimo” a um “sequestro do Estado” realizado por parte de banqueiros e proprietários de monopólios industriais com vistas a ampliar mercados e se beneficiar às custas do endividamento público. Tal tema se mantém bastante atual na medida em que manter a credibilidade da economia brasileira e manter o grau de investimento são pontos de destaque na mídia, com consequências imediatas para a avaliação do governo e apoio popular, afinal, a disputa pelo orçamento é uma disputa política, e portanto deve ser debatida de modo amplo com a sociedade. Não se trata apenas de gerir programas sociais, mas também de trabalhar mecanismos que garantam o investimento necessário à geração de emprego e renda.

**José Alderir da Silva** (UFRN) e **André Luís Cabral de Lourenço** (UFRJ e UFRN) apresentam crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil, em especial tratando de problemas associados aos dois principais indicadores utilizados: a participação do valor adicionado industrial e do emprego nos respectivos totais. Os autores apontam para problemas de mensuração do valor adicionado como o impacto do movimento dos preços em detrimento da captura da quantidade. A análise realizada mostra que os preços tiveram influência considerável na perda de participação do valor adicionado na indústria da transformação. Ademais, existem peculiaridades nas fontes de emprego no Brasil que dificultam captar com maior detalhe o processo de desindustrialização. Por fim, os autores pontuam alguns desafios na mensuração do processo de desindustrialização devido ao nível de agregação dos dados, lembrando que, como mostra Silva e Loureiro (2014), o processo de desindustrialização pode ocorrer mesmo que não se tenha variações nas participações do valor adicionado ou do emprego, demandando análises desagregadas para este dimensionamento.

**Marcelo Proni** (UNICAMP/CESIT), no artigo «Teorias Do Desemprego: Debates Contemporâneos» retoma as principais teorias sobre as causas do desemprego persistente e as políticas públicas recomendadas no Brasil desde o final da década de setenta. O autor destaca diversas abordagens contrastando a análise microeconômica com a macroeconômica, realçando o impacto da inovação tecnológica ou da adoção de políticas neoliberais. Enquanto a tendência das teorias neoclássicas foi a priorização de políticas de combate a rigidez do mercado de trabalho, o enfoque pós-keynesiano enfocou nos determinantes do agravamento do desemprego crônico numa economia financeirizada. Se, do ponto de vista macroeconômico, o desemprego corresponderia a uma situação involuntária derivada de geração insuficiente de postos de trabalho em relação a população economicamente ativa, a visão microeconômica entende que o desemprego decorre da escolha voluntária, devido ao seguro-desemprego, que desestimularia o desempregado a aceitar um salário menor. O autor percorre a visão dos autores mais consagrados em cada corrente, esboçando um «inventário das principais teorias», que, como advertido, ainda que não exaustivo, pode contribuir para a definição do atual «estado da arte» acerca da problemática do desemprego.

**Geraldo Costa Júnior** e **Carlos Caetano Bacha**, da ESALQ/USP, traçam análise do pessoal ocupado no meio rural do Paraná em 2000 e 2010 com base nos dados dos Censos Demográficos (IBGE). Os autores usam um modelo Probit para estimar a probabilidade de um indivíduo empregado no meio rural estar ocupado em atividades agrícolas, em função de variáveis sócio-econômicas. Concluem os autores que, embora tenha havido uma diminuição da população rural e das pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Paraná nos anos analisados, o número de pessoas empregadas no meio rural em geral aumentou. Os autores também constataram que houve aumento do nível de formalização do emprego e uma melhora no nível de instrução do pessoal ocupado no meio rural.

A presente edição traz dois artigos que abordam temas relevantes para a macroeconomia no Brasil e na América Latina: os efeitos da estabilização monetária pautada na taxa nominal de câmbio e o regime de metas de inflação. O artigo de **Fernando Ribeiro** (INSPER) explora três experiências de estabilização monetária por meio de âncora cambial na América Latina: a Tablita chilena (1972-82), o Pacto de Solidariedade mexicano (1988-94) e a Lei de Conversibilidade argentina (1991-2002). O autor analisa algumas variáveis sob a premissa de que há um padrão de evolução macroeconômica associado à estabilização monetária por meio de âncora cambial na América Latina. As variáveis analisadas são: taxa nominal e real de juros e consumo privado per capita; taxa de câmbio nominal, taxa de inflação ao consumidor e taxa real de câmbio; e preços relativos. O autor conclui que de fato é possível falar em fatos estilizados nas experiências de estabilização analisadas, como a apreciação da taxa de câmbio real e a expansão dos gastos (parcialmente verificado no caso do México), e a mudança nos preços relativos (parcialmente verificado no caso do Chile). A questão da queda da taxa de juros real pôde ser verificada em parte no caso chileno.

O artigo "Regime de metas para a inflação e medidas macroprudenciais: uma análise à luz da experiência brasileira recente (2008-2013)", de Giuliano **Contento de Oliveira**, **Nicholas Blikstad** e **Lilian Rolim**, do Instituto de Economia da Unicamp debate a compatibilização entre o regime de metas para a inflação e as medidas macro

prudenciais, em especial relativa ao recolhimento de compulsórios, à luz da experiência brasileira recente (2008-2013). Os autores defendem a tese de que tais medidas foram instrumentais no contexto do regime de metas de inflação com forte incremento do volume de crédito e elevada diferença das taxas de juros interna e externa. O artigo aponta em direção a necessidade de expandir o leque de opções disponíveis para a política monetária, que deve ir muito além do que o simples manejo da taxa básica de juros.

O artigo de **Davi Chicowski** (PUC-SP) traz o debate acerca da financeirização para o contexto nacional, a partir da análise do processo de reabertura econômica no final dos anos noventa. O artigo trata de temas fundamentais para compreensão da dinâmica da financeirização no Brasil, analisando como se deu este processo no mercado de commodities em função do mercado de derivativos, debatendo o papel dos agentes na arbitragem no mercado cambial e o problema dos títulos indexados à taxa SELIC. Para o autor, o problema central quanto às commodities refere-se ao forte aumento dos mercados futuros em que a especulação vem ocorrendo com intensidade crescente, como era de se esperar com alto grau de descolamento em relação à chamada economia real, aumentando a volatilidade inclusive do mercado à vista. No que tange ao câmbio, a posição cambial dos bancos é destacada por sua postura ativa no mercado com vistas a obter ganhos de arbitragem. De modo geral, o autor argumenta que a capacidade dos agentes financeiros de atuarem simultaneamente em vários mercados (à vista, futuro, interno ou externo, organizado ou de balcão) lhes confere posição privilegiada na dinâmica de formação de preço. Outra conclusão importante do autor: “O volume e a liquidez do mercado futuro financeirizado, aliados ao poder dos bancos em exercer operações de arbitragem, interferem sobremaneira na valorização e desvalorização do real frente ao dólar.”.

**Tais Regina da Silva Ferreira** e **Solange Regina Marin**, da Universidade Federal de Santa Maria apresentam estudo inédito sobre pobreza multidimensional em mulheres, coadunando a literatura recente que aponta para a necessidade de métricas de mensuração multidimensional da pobreza e bem-estar. No presente artigo, as autores apresentam uma aplicação da metodologia Alkire-Foster para mensuração da pobreza multidimensional feminina a partir dos dados da PNAD DE 2001 e 2011. Foram selecionados dezoito indicadores distribuídos em quatro dimensões, demonstrando que a região Nordeste apresentou a maior concentração de pobreza média (carga média de privações) e também de intensidade ajustada à incidência da pobreza em 2001. Em 2011, a maior pobreza média (A) se concentrou na região Norte, e menor na Região Sul, mostrando um retrato importante da pobreza feminina no país.

Encerrando a edição, divulgamos com exclusividade um trecho do novo livro de **John Perkins**, *The New Confessions of an Economic Hit-man*, obra que dá sequência à *Confessions of an Economic Hit-man* (2005), obra em que denuncia os vínculos entre o poder político e financeiro de Estados e organizações. Perkins foi economista-chefe de uma corporação deste porte e chocou o mundo com seu livro, em que denuncia crua e fielmente os mecanismos pelos quais a política de grandes corporações pode influenciar a ação de Estados e governos ao redor do mundo.